

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.067 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2000

Congresso Nacional vota hoje à noite Orçamento federal para este ano

O substitutivo apresentado pelo relator-geral, deputado Carlos Melles, corrige a estimativa de arrecadação da proposta original do Executivo e aumenta em 71% os recursos destinados a investimentos

RESPONSABILIDADE FISCAL



Ao rejeitar alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal, a CAE evitou o retorno do projeto à Câmara

CAE APROVA PROPOSTA QUE INSTITUI CONTROLE RÍGIDO DO ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO

PÁGINA 5

O Congresso aprecia hoje, a partir das 19h, o substitutivo do deputado Carlos Melles ao projeto de lei orçamentária federal para 2000. O texto, cuja votação na Comissão Mista de Orçamento terminou no último dia 30, eleva de R\$ 6,7 bilhões para R\$ 11,6 bilhões os recursos previstos para investimentos.



O senador Gilberto Mestrinho é o presidente da Comissão Mista de Orçamento

PÁGINA 2

Enviado à sanção projeto que restringe venda de anabolizantes

O Plenário do Senado aprovou duas emendas da Câmara dos Deputados a projeto do senador Ney Suassuna que aumenta o controle sobre a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes. Essas substâncias podem causar câncer de fígado e várias outras doenças. A matéria será enviada agora à Presidência da República, para sanção.



O projeto de Ney Suassuna obriga as farmácias a reterem cópia da receita médica

PÁGINA 3

Comissão ouve ministros sobre o valor do mínimo

A comissão mista encarregada de examinar a medida provisória que fixa o salário mínimo em R\$ 151 ouve hoje, a partir das 10h, o ministro da Fazenda, Pedro Malan. Às 17h, será a vez do ministro do Trabalho, Francisco Dornelles. Amanhã, o depoente será o ministro Waldeck Ornelas, da Previdência.

PÁGINA 7



A comissão mista, presidida por Iris Rezende, decidiu ouvir também representantes de centrais sindicais

Plenário pede à CAE parecer sobre controle de risco de operação financeira

PÁGINA 3

Senadores terminam visita a área afetada por vazamento de óleo

PÁGINA 4

Congresso se reúne hoje para votar Orçamento

Substituto do deputado Carlos Melles eleva total de investimentos previstos para este ano de R\$ 6,7 bilhões para R\$ 11,6 bilhões

O projeto de lei do Orçamento da União para 2000 será votado em sessão conjunta do Congresso Nacional marcada para as 19 horas de hoje. O anúncio foi feito ontem, em Plenário, pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. A votação dos destaques ao substitutivo elaborado pelo relator-geral da proposta, deputado Carlos Melles (PFL-MG), foi concluída no dia 30 pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O Orçamento aprovado pela comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), ainda poderá receber destaques em Plenário. Alguns deles, que têm apoio dos líderes partidários, poderão ser acolhidos durante a votação de hoje. Destinam-se a remanejar para outras obras dotações previstas pelo relator em seu substitutivo.

INVESTIMENTOS

O projeto de Orçamento que será apreciado pelo Plenário do Congresso prevê um aumento de 71% nos investimentos federais — que passam de R\$ 6,7 bilhões para R\$



Mestrinho preside a Comissão de Orçamento, que concluiu no último dia 30 a votação da matéria

11,6 bilhões — em relação à previsão inicial do governo. A área de transportes foi uma das mais beneficiadas, recebendo cerca de R\$ 1 bilhão a mais, sendo aproximadamente R\$ 780 milhões só para rodovias.

O relator-geral da proposta corrigiu em 3,29%, no seu parecer, a previsão de receitas tributárias feita pelo Executivo. Ele argumenta que o governo não considerou, entre outras coisas, o aumento da inflação no segundo semestre do ano passado, que sempre provoca crescimento de arrecadação.

Com a reavaliação, prevê-se que

a União deverá ter uma receita não-financeira neste ano de R\$ 236,77 bilhões, enquanto as despesas somarão R\$ 207,45 bilhões. Carlos Melles assinala que, caso não houvesse a reavaliação, “o Orçamento seria uma peça irrealista”, e o governo pediria créditos suplementares no decorrer do ano. Em 1999, lembrou, o Executivo pediu ao Congresso créditos adicionais de R\$ 14,6 bilhões.

O relator-geral aceitou emendas dos parlamentares que beneficiam obras espalhadas por todo o país, somando gastos de R\$ 5,65 bilhões. Foram ampliadas as dotações destinadas à saúde, à educação e à agricultura. A comissão não alterou a previsão do governo de gastos com a Previdência (R\$ 62,9 bilhões) e com o pagamento de juros.

As mudanças, segundo o relator, não afetam a previsão do governo de apresentar neste ano um superávit primário (não inclui gastos com juros e rolagem da dívida pública) de 2,6% do PIB. Assim, espera-se um superávit de R\$ 28,5 bilhões nas contas federais de 2000.

CCJ examina normas propostas para proteger informações pessoais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina a partir das 10h de hoje projeto que estabelece regras destinadas a proteger informações pessoais contidas em bancos de dados. Autor do projeto, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) argumenta que 14 países europeus já aprovaram legislação sobre o assunto, reconhecendo a rápida expansão desses arquivos em empresas e órgãos públicos, devido às facilidades proporcionadas pela informática.

O senador se diz preocupado com a possibilidade de os bancos de dados serem usados em risco com a divulgação de informações sigilosas, especialmente dados restritos, como opiniões políticas e religiosas, crenças e ideologias.

Na mesma reunião, a CCJ deve analisar outro projeto de Alcântara, que impõe normas para as técnicas para reprodução assistida. O senador disse ser necessário definir penas para crimes como a produção e o implante de mais de quatro

embrões na mulher receptora e a destruição ou cessão de embrões.

A CCJ deve deliberar ainda sobre duas emendas à proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; dois projetos originários da Câmara reestruturando os tribunais regionais federais; e projeto fixando normas para a prestação voluntária de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2000

Antonio Carlos Magalhães

Presidente

10h30 — Participa da assinatura da consagração da Rádio Senado AM e da aprovação do sistema UHF da TV Senado.

Sala de Autoridades da Presidência do Senado

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

19h — Preside sessão conjunta do Congresso

Brasil 500



PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Votação nominal do PLS nº 684, que dispõe sobre legislação financeira; PDLs nºs 62/99, que renova a permissão outorgada à Radiodifusão Litoral Sul, de Paranaguá (PR); 63/99, que aprova a concessão outorgada à Rádio Cultura, de Cajuru (SP); e 65/99, que renova a permissão outorgada à Rádio Transcontinental, de Mogi das Cruzes (SP); e Requerimentos nºs 105/2000, do senador Romero Jucá, solicitando a retirada do PLS nº 551/99; e nº 118/2000, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 55/2000 com os de nº 63, 97 e 159, de 1999, que já se encontram apensados ao 453/99, por versarem sobre a mesma matéria.

19h — Sessão conjunta do Congresso

Pauta: PLN nº 20/99, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2000. Plenário da Câmara dos Deputados

COMISSÕES

9h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta: Depoimento, como testemunhas de defesa do senador Luiz Estevão, dos funcionários do Senado Luiz Cláudio Pedrito, Francisco Naurides Barros e Dulcília Ramos Calhau. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 660/99, que regula a concessão de emprego a portadores de deficiência física; PLS nº 530/99, que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes; PLS nº 587/99, que trata do atendimento ao idoso na área da saúde; PLS nº 655/99, que dispõe sobre as relações de emprego beneficiadas por incentivos; PLS nº 11/2000, que altera a CLT; PLS nº 123/99, que torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos; e audiência pública com Marília Marreco Cerqueira, presidente do Ibama; Miriam Prochnow, representante da Rede Mata Atlântica; e o diretor do Departamento de Pesca e Aqüicultura do Ministério da Agricultura, Gabriel Calzavara, com a finalidade de instruir o PLS nº 492/99, que disciplina a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aqüicultura. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

9h30 — Subcomissão de Rádio e Televisão

Pauta: Apreciação de requerimentos de audiência pública apresentados por Amir Lando para debater a propriedade das empresas jornalísticas e de radiodifusão; Lúcio Alcântara, para debater a classificação dos programas de TV; e Geraldo Cândido, para debater a situação da rede de TV mantida pelo grupo Omega. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Audiência pública com o secretário da Receita Federal e secretários da Fazenda de Mato Grosso, do Distrito Federal e do Rio de Janeiro, visando à instrução da tramitação do PLC nº 646/99, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

10h — Comissão mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 2.019, que dispõe sobre o salário mínimo

Pauta: Audiência pública com o ministro da Fazenda, Pedro Malan

17h — Audiência pública com o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

14h — Comissão mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 1.972-11, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante

Pauta: Discussão da matéria. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

Após a Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 268/99, que dispõe sobre o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito do habeas data; PLS nº 90/99, que dispõe sobre a reprodução assistida; emendas nºs 2 a 5, de Plenário, à PEC nº 67/99, versando sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; PLC nº 6/2000, que dispõe sobre a reestruturação dos tribunais regionais federais das cinco regiões; PLC nº 7/2000, que dispõe sobre a reestruturação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região; e PLC nº 58/99, que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 90/99 (precatórios); PLS nº 685/99, que altera os arts. 6º e 7º da Lei 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real, o sistema monetário nacional e estabelece as condições de emissão do real; PDLs nºs 70/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Beira-Mar de São Sebastião, em São Sebastião (SP); 87/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba (PR); e 147/99, que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Frutal para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Frutal (MG); e Requerimentos nºs 107/2000, do senador Bernardo Cabral, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 602 e 571, de 1999, por versarem sobre a mesma matéria; e nº 119/2000, da senadora Heloisa Helena, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 77/97 com o PLS nº 618/99.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÃO

Quinta-feira

10h — Comissão mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 2.019, que dispõe sobre o salário mínimo em vigor. Pauta: Audiência pública com o ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Omelas. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Morais

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Restrição a anabolizantes vai à sanção

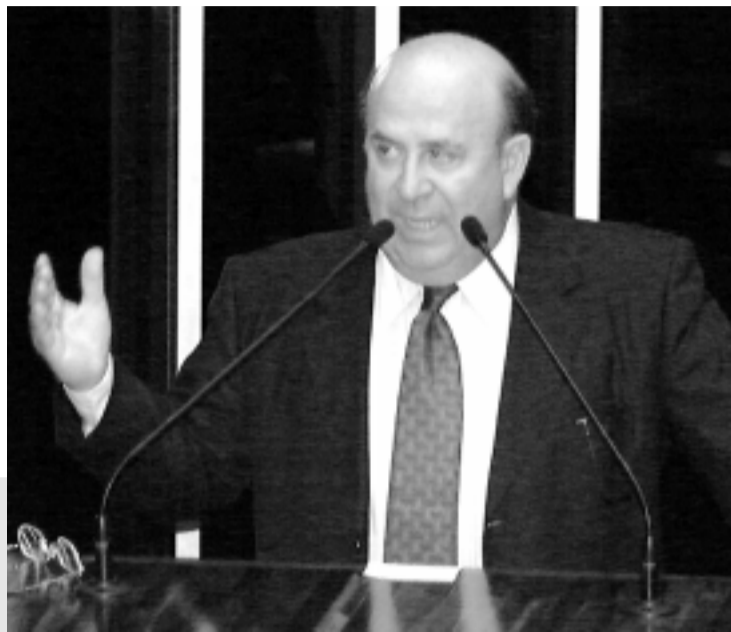
Plenário acolhe duas emendas da Câmara a projeto aprovado anteriormente no Senado. Objetivo é reduzir riscos à saúde dos usuários, mediante exigência de receita para venda

O Senado aprovou ontem duas emendas da Câmara a projeto do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes. Em defesa do projeto, Suassuna lembrou que esses medicamentos são vendidos normalmente em academias de ginástica, sem se saber quem está receitando e quem está comprando. A matéria vai agora à sanção presidencial.

O projeto determina que a venda desses medicamentos para uso humano ficará restrita à apresentação e retenção, pela farmácia, de cópia em papel carbono da receita emitida por médico ou dentista, devidamente registrados nos respectivos conselhos profissionais. A proposta já havia sido aprovada em decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais do Senado e enviada à deliberação da Câmara, de onde retornou com duas emendas, agora aprovadas. As mudan-

ças feitas pela Câmara eliminaram o artigo que determinava ao Poder Executivo regulamentar a lei em 60 dias e o artigo destinado a revogar disposições em contrário.

Relatora da matéria na CAS, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) manifestou-se favoravelmente às emendas, entendendo que elas aprimoraram o texto. Maria do Carmo disse que esses medicamentos, quando não ministrados mediante rigoroso controle médico, podem causar sérios danos à saúde dos usuários. Além disso, frisou, se utilizados indiscriminadamente, os esteróides anabolizantes podem causar câncer de fígado, hipertensão arterial, infertilidade irreversível e distúrbios de comportamento, como agressividade. Já os peptídeos, acrescentou, podem provocar hipoglicemia. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) também defendeu as emendas aprovadas.



Ney Suassuna, autor do projeto, lembrou que esteróides e peptídeos anabolizantes são vendidos sem controle em academias de ginástica

Plenário vota novas regras para venda de dólares pelo BC

Será votado hoje, pelo Plenário do Senado, projeto oriundo da CPI do Sistema Financeiro definindo que o Banco Central somente poderá realizar operações de política cambial e monetária por meio das chamadas instituições *dealers*—aquelas responsáveis pela compra e venda de dólares junto a terceiros.

Dessa forma, o banco ficará proibido de realizar negociações diretas no mercado futuro de dólar, como as realizadas, no ano passado, junto aos bancos Marka e FonteCindam—e seus fundos—após o fechamento dos pregões da Bolsa de Mercadorias & Futuros. Na época, o fato foi amplamente criticado pelos senadores da CPI dos Bancos.

O relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), disse que a medida permitirá que essas operações sejam realizadas em condições de mercado e mediante práticas equitativas.

Também hoje o Senado delibera sobre a renovação de permissões outorgadas a três emissoras—Radiodifusão Litoral Sul, em Paranaguá (PR); Rádio Cultura de Cajuru (SP) e Rádio Transcontinental, em Mogi das Cruzes (SP).

Senado manifesta pesar pela morte de Solon Lucena

Requerimento do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Solon Coutinho de Lucena, irmão do falecido senador Humberto Lucena, foi aprovado pelo Senado. A Casa enviará condolências à família.

Situação da Rede TV! pode motivar audiência pública

A Subcomissão de Rádio e TV aprecia hoje, às 9h30, requerimento de realização de audiência pública para discutir a situação da Rede TV!, mantida pelo Grupo Ômega. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) encabeça o pedido.

Além dessa audiência, os integrantes da subcomissão também deliberaram sobre a realização de mais duas audiências públicas. Uma, solicitada pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), destina-se a discutir a propriedade das empresas jornalísticas e de radiodifusão, e outra, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), servirá para discutir medidas anunciadas pelo Ministério da Justiça com relação à classificação dos programas de televisão.

CAE será ouvida sobre controle de riscos de instituição financeira



João Alberto foi relator da CPI dos Bancos, que apresentou propostas para aperfeiçoar o setor

O Plenário decidiu ontem enviar ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o projeto que obriga as instituições financeiras a fornecer ao Sistema Central de Riscos de Crédito do Banco Central informações precisas sobre as operações que realizam. Oriundo da CPI que investigou o sistema bancário, o projeto visa dotar de mais instrumentos de controle a autoridade monetária e reduzir riscos na concessão de empréstimos.

O Banco Central já dispõe de siste-

ma que exige das instituições financeiras informações sobre as operações que realizam, mas ainda não dispõe de legislação que regule e exija precisão nessa atividade. A intenção dos senadores da CPI, segundo explicação do relator, João Alberto (PMDB-MA), é reduzir o risco que correm as instituições financeiras no momento de conceder empréstimos a clientes sobre os quais não conhecem a real situação econômica.

O adiamento da votação foi pro-

posto pelo senador Bello Parga (PFL-MA), contra entendimento do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para quem adiar a deliberação de projeto oriundo de uma CPI significa enfraquecer um dos mais importantes institutos de que dispõe a Casa. O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) também defendeu a imediata votação da matéria. Mas Bello Parga argumentou que o próprio senador João Alberto pediu que a CAE fosse ouvida sobre o projeto.

Comissão sugere juro menor para financiamento a estudante

O relator da medida provisória que institui o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), deputado Osvaldo Biolchi (PMDB-RS), concordou ontem em colocar no seu projeto de conversão, por sugestão dos parlamentares presentes à reunião da comissão mista, a cobrança de 6% de juros ao ano nos empréstimos concedidos aos estudantes.

A medida provisória prevê a cobrança de 9% de juros anuais. O deputado sugeria 2% mais a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A comissão mista que analisa o assunto dará continuidade à discussão em nova reunião marcada para hoje, às 14h.

Sob a presidência da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), a discussão abordou a limitação dos juros, o amparo ao formando desempregado e a exigência do fiador idôneo, entre outros assuntos.

O deputado Gilmar Machado (PT-



Presidida pela senadora Emilia Fernandes, comissão mista analisa medida provisória que institui o Fies

MG) disse não concordar que o financiamento seja concedido somente aos alunos de escolas cujos cursos tenham obtido avaliação positiva no Exame Nacional de Cursos (Provão). Para o deputado, o aluno neste caso está sen-

do punido por um problema da instituição escolar. Ele sugeriu também prazo de carência de dois anos para o pagamento do empréstimo e um tratamento diferenciado na execução da dívida para a pessoa que estiver de-

sempregada no período.

O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) defendeu a manutenção da exigência de fiador idôneo, como forma de garantir o retorno do financiamento.



O debate da matéria na Comissão de Educação demorou mais de três horas

CE aprova regulamentação do exercício da acupuntura

Prevalendo o substitutivo do senador Geraldo Althoff, acatado pela comissão, a atividade será restrita a médicos, dentistas e veterinários

O exercício da profissão de acupunturista poderá ser restrito a médicos, odontólogos e veterinários, inscritos nos respectivos conselhos federal e regionais, conforme substitutivo aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). A limitação está prevista em substitutivo do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) a projeto da Câmara dos Deputados, acolhido pelos integrantes da comissão após três horas de discussão.

O texto adotado pela comissão vai a Plenário e, se aprovado, voltará para a Câmara, por causa das modificações. De acordo com o substitutivo de Althoff, os

acupunturistas que tenham pelo menos três anos de experiência até a data da publicação da lei que resultar desse projeto e não estejam respondendo a processo civil ou penal relacionado à atividade poderão receber o registro para o exercício da profissão. O substitutivo estabelece, ainda, que a prescrição da acupuntura seja feita após diagnóstico clínico.

A comprovação de tempo de prática dos profissionais será feita, conforme o texto de Althoff, por uma comissão de representantes do Ministério da Saúde. Já a fiscalização dos serviços prestados pelos profissionais práticos

ficará sob a responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Segundo o relator, estima-se que atualmente existam no Brasil cerca de 10 mil acupunturistas sem diploma de nível superior e 4 mil médicos capacitados para o uso da milenar técnica. Ele ressaltou a preocupação do Ministério da Saúde quanto ao "crescimento desenfreado do número de praticantes leigos".

Vários senadores que votaram o substitutivo de Geraldo Althoff, como Lúcio Alcântara (PSDB-CE), anteciparam que apresentarão emendas quando a matéria for enviada para o Plenário.

Tião Viana critica exigência de diploma superior

Durante a discussão do substitutivo elaborado pelo senador Geraldo Althoff ao projeto que trata da regulamentação da profissão de acupunturista, os senadores avaliaram a formação dos profissionais do setor e a necessidade de aprofundar o debate sobre o tema, por meio de audiências públicas.

O senador Tião Viana (PT-AC) criticou a exigência estabelecida pelo relator de curso superior de Medicina, Odontologia e Veterinária para o exercício da acupun-

tura, como determina o substitutivo aprovado. Ele propôs que seja concedido prazo de oito anos para que o praticante da atividade adquira formação superior ou título de especialista para continuar a atuar como acupunturista. A proposta foi rejeitada pela comissão.

A exigência de curso superior para a atividade de acupuntura, na avaliação de Tião Viana, representa uma reserva de mercado para os biomédicos. Ele lembrou que os chamados paramédicos já

acompanham e controlam pacientes em UTIs. Tião Viana defendeu a criação do Conselho Nacional de Acupuntura.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também defendeu a realização de audiências públicas para discutir o assunto. O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) lembrou que a matéria já estava tramitando há cinco anos no Senado, o que tornaria desnecessárias as audiências e recomendaria a votação imediata do projeto.

Senadores que apuram vazamento de óleo concluem visita ao Rio

Os senadores que integram a subcomissão encarregada de verificar a situação ambiental no Rio de Janeiro e no Espírito Santo ouvirão hoje, em Vitória, 16 depoimentos de autoridades e representantes de entidades sindicais. Estão agendados ainda encontros com o governador do estado, José Ignácio Ferreira, e com o prefeito de Vitória, Luis Paulo Vellozo Lucas.

Cinco integrantes da subcomissão — Geraldo Lessa (PSDB-AL), Gerson Camata (PMDB-ES), Mauro Miranda (PMDB-GO), Arlindo Porto (PTB-MG) e Geraldo Cândido (PT-RJ) — visitaram ontem a Refinaria Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, e praias e mangues atingidos pelo vazamento de óleo na baía de Guanabara ocorrido na madrugada do dia 18 de janeiro, além de sobrevoar as regiões afetadas pelo acidente.

Arlindo Porto, vice-presidente da subcomissão, elogiou a atuação da Petrobras, que, em sua avaliação, já providenciou a limpeza da área e ajudou na recuperação financeira das famílias que vivem da pesca no local afetado. A empresa, segundo ele, se comprometeu a acompanhar o impacto do acidente em águas profundas, além de automatizar

o monitoramento do transporte de óleo.

Porto observou que ainda é grande a preocupação da comunidade com os prejuízos causados à fauna e à flora. Ele ressaltou a importância das visitas da subcomissão aos locais atingidos. Além de despertar a atenção da sociedade para o problema, disse, a iniciativa vai subsidiar mudanças na legislação.

Na segunda-feira, os senadores participaram de uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Rio com representantes do governo fluminense, do Conselho Regional de Arquitetura, do Ministério Público Federal e de sindicatos de trabalhadores da área. Os senadores encontraram-se ainda com o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, e com técnicos da empresa.

Arlindo Porto adiantou que, na próxima semana, o grupo pretende convidar para uma audiência pública os ministros do Meio Ambiente, Sarney Filho, e de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, para discutir ações de recuperação e prevenção de desastres ambientais.

Vinculada à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a subcomissão é presidida por Geraldo Lessa, que requereu a sua criação.



Antero de Barros aceitou apenas as punições previstas no projeto de lei do senador...



...Luiz Estevão, que queria fixar em 3% as vagas das empresas reservadas aos deficientes

CAS vota reserva de mercado para portadores de deficiência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina hoje, a partir das 9h, substitutivo do senador Antero de Barros (PSDB-MT) ao projeto que obriga as empresas a empregarem pessoas portadoras de deficiência física. A proposta original, de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), fixa a obrigatoriedade em 3% das vagas de cada empresa. Como a legislação atual já determina o preenchimento de 2% a 5% dos postos em cada empresa, o relator manteve apenas as punições impostas aos infratores.

Outro substitutivo a ser examinado refere-se ao projeto que regulamenta a assistência pré-natal, tornando obrigatória a realização de exames complementares para gestantes pela rede hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta foi ampliada pelo relator, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), e determina que as pacientes sejam atendidas por hospitais particulares quando não houver hospitais públicos na região onde residem.

A CAS analisa também projeto de lei do Senado que limita em 25% por empresa o número de trabalhadores

registrados que podem qualificá-la a receber incentivos fiscais que impliquem redução no custo da mão-de-obra. A proposta tem como objetivo impedir o uso abusivo desses mecanismos, justifica o senador Luiz Pontes (PMDB-CE), autor do projeto. A matéria vai a votação na CAS em decisão terminativa, com parecer favorável e apresentação de uma emenda do relator, senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). Caso não haja recurso de nove senadores, a proposta será encaminhada diretamente para a Câmara dos Deputados.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em seguida, a CAS realizará audiência pública para debater projeto da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que disciplina a supressão parcial de coberturas vegetais para a criação de animais e plantas aquáticas. Estão convidados para o debate a presidente do Ibama, Marília Marreco, a representante da organização não-governamental Rede Mata Atlântica, Míriam Prochnow, e o diretor do Departamento de Pesca e Aqüicultura do Ministério da Agricultura, Gabriel Calzavara.

CAE aprova Lei de Responsabilidade Fiscal

Projeto, que institui novos mecanismos de controle do endividamento do poder público e cria normas para a realização de despesas de caráter continuado, é acolhido com apenas uma mudança de redação e deve, agora, ser encaminhado ao Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei complementar que institui normas para a gestão das finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal. O relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), acatou apenas uma das 14 emendas apresentadas, por considerá-la emenda de redação.

Dessa forma, Jefferson evitou o retorno do projeto à Câmara dos Deputados, o que seria obrigatório no caso de alteração do texto pelo Senado. O relator reconheceu que as emendas, embora não fossem essenciais, aperfeiçoariam a proposta. Mesmo assim, as rejeitou.

— Tomei uma decisão política minha, que é a mesma do governo, de que o projeto não deve ser retardado — afirmou Jefferson. Ele aceitou sugestão do senador Paulo Souto (PFL-BA) para que a CAE apresentasse, após a aprovação da lei pelo Congresso Nacional, outro projeto de lei que consolide essas emendas, alterando a proposta aprovada. A sugestão foi acatada posteriormente pelo presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

O projeto de lei complementar institui novos mecanismos de controle do endividamento do poder público e dá normas para a realização de despesas obrigatórias de caráter continuado. Estabelece, também, a obrigatoriedade de publicação de demonstrativos e relatórios sobre a execução das finanças públicas, além de coibir a criação de encargos para o Estado. Cria ainda limites de comprometimento orçamentário para pagamento de pessoal e proíbe despesas extras em anos eleitorais, como a contratação de pessoal.

A emenda aprovada, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), assegura a transparência da gestão pública mediante participação popular em audiências públicas. A emenda foi aceita pelo relator com o compromisso de que, caso seja considerada emenda de conteúdo — e não somente de redação — pela assessoria técnica do Senado, será rejeitada em Plenário.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou emenda, derrotada em votação em separado, possibilitando que seja considerado aumento de receita não apenas o derivado de elevação de alíquotas e aumento de tributos, mas também os ocasionados pelo “aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização tributária ou melhorias consistentes das variáveis macroeconômicas”. Dutra também apresentou emenda suprimindo artigo que dá ao “órgão central de contabilidade do governo federal” competência para determinar as normas de consolidação das contas públicas enquanto não for criado o Conselho de Gestão Fiscal previsto na proposta. Para Dutra, tal órgão nunca será criado, por retirar poderes do governo.



A CAE, presidida por Ney Suassuna, aceitou a posição do relator, Jefferson Péres, de rejeitar emendas para evitar o retorno do projeto à Câmara

Câmara analisa penalidades para infratores

O projeto de lei que estabelece normas de gestão para as finanças públicas, tendo por objetivo a busca da responsabilidade fiscal, não prevê punições. Como a tradição legislativa brasileira é tratar matéria penal em lei ordinária, o governo federal optou por enviar dois projetos: o projeto de lei complementar aprovado ontem na CAE, com as normas de gestão, e outro, de lei ordinária, que ainda será votado na Câmara dos Deputados, trazendo as sanções para quem não cumprir essas normas.

O relator do projeto aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Jefferson Péres, destacou que o projeto na Câmara traz “penas rigorosas” para os governantes que deixarem “restos a pagar” para seus sucessores.

A discussão da matéria na CAE gerou intenso debate entre os senadores. Ao

responder a Osmar Dias (PSDB-PR) e Romeu Tuma (PFL-SP), Jefferson Péres afirmou que a proposta proíbe o refinanciamento das dívidas de estados, municípios e do Distrito Federal após dois anos de sua aprovação. O vice-presidente da CAE, senador Bello Parga (PFL-MA), manifestou opinião contrária. O presidente da CAE, senador Ney Suassuna, pediu um parecer sobre a questão à assessoria do Senado. Suassuna citou o senador Roberto Requião (PMDB-PR), para quem apenas a Justiça decidirá sobre esta questão.

Respondendo a Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Jefferson afirmou que as proibições previstas na lei para anos eleitorais, como contratação de pessoal e de certas despesas, não valem para o pleito municipal deste ano. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) elogiou o maior rigor que a legislação trará para a execu-

ção orçamentária no Brasil.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) — que, ao lado dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Eduardo Dutra (PT-SE), votou contrariamente ao projeto — pediu que a matéria, de tão importante, fosse retirada de pauta e que fosse criada uma subcomissão para estudá-la, mas não foi atendido. Como os outros senadores que votaram contra a aprovação, ressaltou que não reprovava a responsabilidade fiscal, mas alguns aspectos do projeto em discussão.

Os senadores Agnelo Alves (PMDB-RN), Ramez Tebet (PMDB-MS), Ernandes Amorim (PPB-RO) e Sérgio Machado (PSDB-CE) elogiaram o trabalho do relator. O senador José Alencar (PMDB-MG) ressaltou que a lei poderá ser aperfeiçoada à medida que for sendo colocada em prática.



Na audiência pública, presidida por Bello Parga, o diretor do BC explica como será a conta-pagamento padrão a ser instituída pelo CMN

BC adota idéia de Cândido e instituirá conta-pagamento

Objeto de projeto de lei do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), a conta-pagamento padrão deverá ser criada por resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) já no próximo dia 24. Esse foi o caminho apontado, durante audiência pública realizada ontem na

CAE, pelo diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central (BC), Sérgio Darcy da Silva Alves, para isentar assalariados, aposentados e pensionistas de tarifas bancárias.

Pela proposta de Cândido, a conta-pagamento padrão deve destinar-

se exclusivamente para movimentação de salários com cartão magnético ou cheques avulsos fornecidos gratuitamente pelo banco. O autor acredita que dessa maneira o salário do trabalhador não sofrerá uma redução indireta.

O diretor do BC explicou ainda que, de acordo com a resolução proposta, o empregador será responsável pelas tarifas bancárias, que não serão repassadas ao assalariado.

Ainda durante a audiência pública, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) criticou a concessão de empréstimos por bancos oficiais em alguns estados para servidores públicos como forma de substituir o pagamento do 13º salário em atraso. O diretor do BC afirmou que não tem conhecimento dessa modalidade de empréstimo e que levará o caso ao conhecimento do diretor responsável por essa área.

Amorim nega acerto para votar em favor de Teresa Grossi

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) negou que tenha votado a favor da indicação de Teresa Grossi para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central em troca da garantia do BC de reexaminar a dívida do Banco do Estado de Rondônia (Beron).

— Não negociei o meu voto. Se isso ocorre dentro do Senado, não passa perto do meu gabinete — disse Amorim, durante reunião da CAE, em resposta ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que lhe pediu explicação sobre o episódio.

De acordo com Suplicy, Ernandes Amorim teria dado a entender, em entrevista à TV Senado, que havia votado a favor da indicação de Grossi depois de ter certeza de que a dívida do banco de Rondônia seria reexaminada pelo BC.

Amorim admitiu que chegou a manter contato com o presidente do BC, Armínio Fraga, mas disse que em nenhum momento fez qualquer menção sobre troca de voto. “Apenas relatei a situação dramática por que passa o banco do meu estado e, em resposta, ele prometeu que enviaria técnicos do Banco Central para analisar a fundo a questão”, afirmou.

Há cinco anos, segundo relato do senador, o Beron sofreu uma intervenção do Banco Central e, de lá para cá, os problemas financeiros do banco só cresceram. A dívida, informou Amorim, saltou de R\$ 50 milhões para R\$ 600 milhões, tornando a situação do banco insustentável.

— As declarações que concedi à TV Senado foram dadas em defesa dos interesses do Banco do Estado de Rondônia. Com relação ao meu voto referendando o nome de Teresa Grossi para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central, não tenho nada a esconder. Votei a favor por tratar-se de uma funcionária de carreira indicada por um presidente que vem desenvolvendo um excelente trabalho à frente do BC — afirmou.



Amorim: “Não negociei o meu voto”

Empresários pedem apoio a proposta que reduz encargos das folhas de pagamento

Dirigentes de entidades do comércio vão ao presidente do Senado em defesa da eliminação das contribuições patronais ao INSS, que, segundo eles, oneram custos de produção e de vendas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem um grupo de deputados e empresários para tratar da reforma tributária. Eles reivindicam apoio do senador para a inclusão na reforma de uma proposta que desonera a folha de pagamento das empresas, através da eliminação das contribuições patronais ao INSS.

Um dos participantes do encontro, o deputado Marcos Cintra (PL-SP) acredita que, com a medida, seriam reduzidos sensivelmente os encargos sobre a folha de pagamentos das empresas e, conse-

qüentemente, o custo de produção e o preço ao consumidor. Além disso, sustenta o deputado, seria possível o incremento dos salários.

À saída, Cintra disse que Antonio Carlos manifestou sua posição contrária a alguns pontos da proposta que tramita na Câmara. Segundo Marcos Cintra, o presidente do Senado sugere a reformulação da proposta por um grupo de trabalho informal composto por parlamentares que atuam na comissão especial da reforma.

Representantes dos empresários na audiência com o presidente



O presidente do Senado recebe dos dirigentes empresariais documento em defesa da proposta que desonera a folha de pagamento

do Senado, os presidentes das confederações nacionais das associações comerciais do Brasil, Joaquim Fonseca, e dos dirigentes lojistas,

Carlos Stup, manifestaram a Antonio Carlos a preocupação do setor com o andamento da proposta da reforma tributária no Legislativo.

Presidente do TST apresenta relatórios de atividades em 99

Um relatório sobre o desempenho da Justiça do Trabalho ao longo de 1999 foi entregue ontem pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Wagner Pimenta, ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Pimenta defendeu o reajuste dos salários dos juízes trabalhistas, em especial os de primeiro grau.

De acordo com o ministro Pimenta, só o TST julgou 121.400 processos no ano passado, “um recorde entre todos os ramos da

Justiça no país e possivelmente no mundo”. Ele disse que levou ao presidente do Senado dados que demonstram uma situação de inferioridade, em termos orçamentários, da Justiça trabalhista com relação às demais áreas do Judiciário.

Apesar de ressaltar que Antonio Carlos não emitiu qualquer opinião a respeito do tema, o ministro Wagner Pimenta deixou o gabinete do presidente do Senado confiante em que “o senador se interessou pelo assunto”.



Pimenta (E) informou a Antonio Carlos que a Justiça do Trabalho julgou 121.400 processos no ano passado

Rádio e TV Senado ampliam transmissão

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) recebe hoje, às 10h30, o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, para a assinatura de instrumento legal (ato de consignação) que vai permitir a transmissão da programação da Rádio Senado através de ondas médias (AM). Na mesma ocasião, será assinado o Plano de Implantação da TV Senado em sinal aberto (UHF).

A Rádio Senado, que veicula sua programação atualmente através da FM 91,7 kHz, privilegia a transmissão – ao vivo e sem cortes – das sessões plenárias e reuniões de comissões. O diretor da emissora, Sílvio Hauagen, informou que, na nova frequência, a rádio poderá transmitir em AM e FM diferentes eventos que estejam ocorrendo simultaneamente no Senado. “O ouvinte poderá escolher que assunto irá acompanhar”, afirmou. De uma forma geral, entretanto, as duas frequências irão transmitir programações semelhantes.

TV SENADO

Com a assinatura do Ato de Consignação, a TV Senado estará cumprindo mais uma etapa para a transmissão em canal aberto de sua

programação. Assim como a rádio, a TV transmite sem cortes todos os eventos realizados no Senado, além de uma programação cultural diversificada.

A expectativa é de que até o meio do ano a programação esteja disponibilizada a todos os municípios onde haja interesse de ser montada uma retransmissora.

Atualmente, para captar o sinal da TV Senado é necessário que o telespectador seja assinante de alguma operadora de tevê a cabo que transmita a emissora ou então que tenha uma antena parabólica direcionada para o satélite e um decodificador digital em casa. Outra forma de assistir a programação é por meio da *homepage* do Senado na Internet (<http://www.senado.gov.br>).

ACM promete abrir suas contas pessoais hoje

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou ontem que apresentará publicamente suas contas na sessão de hoje. Ele fez o anúncio ao ser informado de que o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), estaria disposto a abrir mão do sigilo bancário para exame de seu patrimônio por uma comissão especial.

– Acho isso maravilhoso e, no discurso que farei amanhã (*hoje*), vou apresentar as minhas contas – disse.

DESAFIO

Em entrevista concedida anteriormente, o presidente do Senado disse que não vai desistir do desafio lançado ao presidente do PMDB no senti-

do de que ambos submetam ao exame de uma comissão especial de parlamentares a evolução de seus patrimônios e sua vida bancária.

“Queremos a paz”, afirma Jefferson

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) fez ontem um apelo aos senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho para que mantenham seu debate político e pessoal ao nível da civilidade, em nome da imagem do Senado.

Jefferson reconheceu o direito de quem é alvo de acusações graves de buscar esclarecer os fatos, de maneira que nenhuma dúvida

– Eu vou continuar fazendo o que prometi e o noticiário que saiu em contrário está totalmente errado – afirmou, durante entrevista aos jornalistas.

pare sobre sua honra. Mas observou que a disputa entre os dois senadores não pode retardar a tramitação de projetos importantes que estão em exame no Senado. De acordo com o parlamentar, muitos senadores, inclusive ele próprio, estão acompanhando o debate com preocupação. “Queremos ver a celebração da paz, ou pelo menos de um armistício”, afirmou.

Jader sugere quebrar sigilo de mais dez pessoas

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) disse ontem que a proposta do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de que ambos quebrem o sigilo bancário e fiscal de suas contas, é “econômica” e deve ser ampliada.

Jader concordará em permitir a quebra de seu sigilo, mas pedirá a ACM que quebre o dele e o de uma lista de dez pessoas físicas e jurídicas a ele ligadas. A lista foi apresentada ontem à cúpula do PMDB, em almoço na casa do presidente da Câmara, Michel Temer, e recebeu o apoio dos líderes partidários, segundo o senador.

Ministros falam hoje sobre novo valor do mínimo

Para explicar decisão do governo de reajustar salário para R\$ 151, Pedro Malan, da Fazenda, e Francisco Dornelles, do Trabalho, comparecem à comissão mista do Congresso, às 10h e às 17h, respectivamente

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, explicará hoje, a partir das 10h, à comissão de deputados e senadores que examina a medida provisória que aumenta o salário mínimo para R\$ 151 porque o governo não pode conceder um reajuste superior a 11% para o mínimo. Às 17h, será a vez do ministro do Trabalho, Francisco Dornelles.

Reunida na tarde de ontem, a comissão decidiu ouvir amanhã de manhã representantes do sindicato dos fiscais da Previdência Social e das centrais sindicais dos trabalhadores – CUT, CGT e Força Sindical. A proposta foi apresentada pelo deputado Paulo Paim (PT-RS):

– É preciso ouvir o outro lado, pois se sabe muito bem que os ministros do governo vão dar

todos os argumentos contra um reajuste mais elevado para o salário mínimo – argumentou Paim.

PREVIDÊNCIA

Continuando suas audiências públicas para embasar a votação da MP do mínimo, a comissão receberá às 17h de amanhã o ministro da Previdência Social, Waldeck Ornelas. A comissão decidiu ainda que o relator da MP, deputado Armando Monteiro (PMDB-PE), apresentará seu parecer de mérito em reunião convocada para as 17h da próxima segunda-feira. Conforme o presidente da comissão, senador Iris Rezende (PMDB-GO), o relator terá esta sexta-feira, o sábado e o domingo “para meditar sobre tudo que está ouvindo e apresentar seu parecer”.



Senadores e deputados decidiram convidar representantes das centrais sindicais para falar sobre o mínimo

Líder do governo culpa “despesas imprevistas”

O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), afirmou na reunião da comissão da medida provisória do salário mínimo que “uma série de despesas imprevistas que surgiram nos últimos meses” vem limitando a ação do governo, inclusive para que o mínimo tivesse um reajuste superior a 11% (de R\$ 136 para R\$ 151).

Tais imprevistos somam “de 13 a 14 bilhões de reais”, conforme o deputado. A primeira destas novas despesas é o aumento do preço do petróleo no mercado internacional, que está gerando um déficit na conta-petróleo de R\$ 3,5 bilhões. Outro gasto inesperado é a frustração da arrecadação com a contribuição previdenciária, derrubada pelo STF,

de inativos do serviço público.

Arthur Virgílio disse ainda que o aumento real de aproximadamente 5% no salário mínimo irá gerar um gasto adicional no Orçamento deste ano de R\$ 1,4 bilhão. Ele citou ainda como “despesas imprevistas” as emendas de R\$ 5 bilhões que o Congresso fez ao projeto orçamentário.

Senadores defendem política de aumentos reais

O senador Paulo Souto (PFL-BA) defendeu na reunião da comissão mista que analisa a MP do salário mínimo “uma política permanente para o salário mínimo, com aumentos reais todos os anos, para a recuperação do seu poder de compra”. Para ele, não tem sentido “todo ano discutir o reajuste do mínimo às vésperas do 1º de maio”. A ideia teve o apoio dos senadores José Jorge (PFL-PE) e Eduardo Suplicy (PT-SP).



Souto: não há sentido em se discutir o reajuste do mínimo só às vésperas do 1º de maio

Paulo Souto afirmou que a Previdência Social vem executando um plano de recuperação do sistema previdenciário, buscando aumentar suas receitas e reduzir despesas, mas enfrenta problemas que estão fora do seu alcance, como o gradativo envelhecimento da população. O senador Agnelo Alves (PMDB-RN) concordou que a Previdência “não tem mais como aumentar suas receitas” e lamentou que governo e oposição citem números diferentes sobre o setor.

A reunião foi convocada para

que o deputado Eduardo Paes (PTB-RJ), relator da comissão especial da Câmara que estudou saídas para o salário mínimo, fizesse uma exposição sobre o que foi apurado. Ele garantiu que, a cada 10% de aumento do salário mínimo acima da inflação, há uma redução de 4,5% no número de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza – menos de 70 reais

per capita por mês, conforme o estudo feito.

Eduardo Paes defendeu sete propostas da comissão da Câmara para financiar um aumento mais elevado para o salário mínimo e garantiu “que são todas factíveis”. Uma das propostas, “defendida por tributaristas”, é o fim da dedução dos juros sobre capital próprio das empresas emprestado a seus donos ou sócios.

O relator sustentou ainda que os deputados e senadores poderiam viabilizar com rapidez fontes adicionais de recursos, para ajudar o governo na política de aumento real do mínimo. Basta que aprovem três projetos que tramitam no Congresso: a flexibilização do sigilo bancário (a Receita teria acesso a movimentações financeiras suspeitas), a tipificação dos crimes praticados contra a Previdência e mudanças no Código Tributário, para impedir que as empresas usem brechas para reduzir o pagamento de impostos (elisão fiscal).

Everardo debate projeto de Código do Contribuinte

O projeto de Código de Defesa do Contribuinte será discutido hoje, às 10h, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos. Participam da audiência o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e os secretários da Fazenda de Mato Grosso, Valter Albano da Silva; do Distrito Federal, Valdivino de Oliveira; e do Rio de Janeiro, Sol Garson.

De acordo com o autor do projeto, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), o objetivo da proposta é conferir uma relação de igualdade entre o contribuinte e o fisco, esta-

belecendo obrigações das autoridades fazendárias no tratamento com pessoas e empresas.

Em 53 artigos, entre outros pontos o código proíbe que fiscais possam fechar estabelecimentos comerciais ou industriais ou se façam acompanhar de força policial em seu trabalho, exceto com autorização judicial. Um dos seus artigos impede que as secretarias de Fazenda dos estados e dos municípios publiquem listas de contribuintes em débito, por causa dos prejuízos morais e financeiros que isso provoca – o que muitas vezes leva uma firma à falência.

Conselho de Ética ouve três testemunhas de Luiz Estevão

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal reúne-se hoje, a partir das 9h, para ouvir as testemunhas de defesa do senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Serão ouvidos os servidores do Senado Luiz Cláudio Pedrito, Francisco Naurides Barros e Dulcília Ramos Calhã. O conselho examina representação apresentada pelos partidos de oposição para que seja apurada eventual quebra de decoro parlamentar por parte de Estevão.



Luiz Estevão

De acordo com a representação assinada pelos sete partidos de oposição no Congresso, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Poder Judiciário teria identificado “diversas relações entre a Incal, empresa que ganhou a licitação para construir o prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, pertencente ao Grupo Monteiro de Barros, e empresas do Grupo OK, pertencentes ao senador Luiz Estevão”.



Projeto de Pontes obriga legendamento oculto em mensagens do poder público

Luiz Pontes defende maior integração dos deficientes

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) apresentou projeto de lei que determina a obrigatoriedade do uso do sistema de legendamento oculto na veiculação de mensagem do poder público pelas emissoras de televisão, para proporcionar maiores condições de integração social e conscientização dos direitos e deveres políticos do deficiente auditivo.

Segundo o projeto, que foi enviado à Comissão de Educação (CE) para decisão terminativa, as mensagens de todas as esferas do poder público serão veiculadas pelas emissoras de televisão mediante o uso de legendamento oculto, destinado aos portadores de deficiência auditiva.

Para Luiz Pontes, um dos obstáculos ao exercício da cidadania para os portadores dessa deficiência é a falta de informação, já que eles não têm acesso às mensagens veiculadas pela televisão, inclusive as produzidas pelos órgãos estatais.

— O portador de deficiência auditiva tem o mesmo direito de saber como o poder público vem desempenhando o seu papel, como tem aplicado os impostos pagos pelos cidadãos, como pretende alcançar metas de combate a doenças e executar programas, além de ter conhecimento das datas de vacinação e de todos os demais informes políticos veiculados pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário — disse o senador.

Pontes citou a Constituição, que garante proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, além da Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, que lhes assegura o pleno exercício dos direitos individuais e sociais, trata de sua integração social e reestrutura a Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde).

Requião propõe mudanças na lei e fim da Justiça Eleitoral

Senador defende a derrubada, pelo Congresso, do veto do presidente da República à lei que anistia multas aplicadas nas últimas campanhas

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu a derrubada do veto presidencial à lei que anistia as multas aplicadas pela Justiça Eleitoral, mudanças na lei que disciplina as eleições e o fim da própria Justiça Eleitoral. Sustentando que só o Brasil e a Finlândia têm tribunais eleitorais, instituições que ele considera “aberrantes”, o parlamentar lembrou que nos países desenvolvidos comissões eleitorais cumprem perfeitamente esse papel.

Autor de projeto de lei que tramita na Casa modernizando o processo eleitoral brasileiro, o parlamentar reconheceu que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) age com isenção, mas disse que não é isso o que acontece em primeira instância, por exemplo, no Paraná, onde muitas vezes a Justiça funciona “como um partido político, privilegiando determinados candidatos e prejudicando outros”.

O senador enumerou três razões para que o sistema eleitoral brasileiro seja mudado. Começou citando um exemplo pessoal: durante a última campanha, quando concorreu ao governo do Paraná, teve sistematicamente seus programas eleitorais retirados do ar por um juiz singular, cuja decisão era posteriormente confirmada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). No último dia do horário gratuito, quando o



Roberto Requião observa que só o Brasil e a Finlândia têm tribunais eleitorais

TSE decidiu em seu favor todos os recursos contra as decisões de primeira instância, não havia mais tempo para colocar a propaganda no ar. “Esse é apenas um aspecto dos julgados satisfativos, que não re põem o seu direito”, lamentou.

A segunda razão invocada por Requião para mudar o sistema eleitoral refere-se às condenações por multas. O senador explicou que, se dá uma entrevista a uma rádio criticando o governo, o político é condenado, por propaganda eleitoral irregular, a pagar multa de 20 mil Ufirs. Se recorre ao TRE, este confirma a multa. No seu caso, ele recorreu também ao TSE e este, que até recentemente só julgava recursos concernentes à discordância entre tribunais, decidiu fixar juris-

prudência segundo a qual críticas ao governo e propostas de mudança na administração pública não constituem propaganda eleitoral.

Acontece, explicou Requião, que essa jurisprudência foi fixada daqui para a frente, estando prejudicados todos os processos já transitados em julgado. “Veja se isso faz sentido. Transitou em julgado, morreu. Agora só com anistia”, reclamou. Essa é a razão pela qual o senador entende que o Legislativo deve votar iniciativa anistando as multas não contempladas por essa nova jurisprudência, assim como derrubar o veto do presidente da República à anistia votada pelo Legislativo no ano passado.

Outra “aberração” mencionada pelo senador para justificar mudanças na legislação eleitoral está na fixação de *outdoors*. Ele referiu-se a decisão do TRE do Paraná, segundo a qual nem pessoas sem pretensão política podem afixar esses cartazes. Como exemplo, mencionou o caso de um cidadão que fixou um *outdoor* disponibilizando seu *sítio* Internet e teve que retirá-lo por determinação do TRE. Requião argumentou, ainda, que o fim da Justiça Eleitoral acabará, por exemplo, com as medidas liminares em ações cujo julgamento em última instância muitas vezes não tem mais como beneficiar quem foi injustiçado.



Gilvam considera dívidas com Previdência e FGTS “um dos maiores problemas atuais”

Gilvam cobra fiscalização dos débitos com INSS e FGTS

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) atribuiu ao desequilíbrio nas contas públicas o endividamento dos órgãos públicos junto ao INSS e ao FGTS. Para ele, este é “um dos maiores problemas atuais na vida nacional”, decorrente da falta de fiscalização do governo no que diz respeito ao recolhimento das contribuições.

Na opinião de Gilvam, a dívida dos órgãos públicos, principalmente os governos estaduais e prefeituras, se deve à falta de estruturação de suas contas públicas, conduzindo assim a um déficit com o INSS.

— Na maioria dos casos, não se pode debitar a um descaso ou mau comportamento administrativo a inadimplência configurada, mas sim a um desequilíbrio que impede o cumprimento financeiro de tais obrigações — explicou.

Para o senador, no caso da iniciativa privada a dívida se deve à atuação perniciosa e deliberada dos empregadores, uma vez que, na fixação de preços de produtos e serviços, os encargos já são considerados e cobrados do consumidor. Gilvam destacou também que, muitas vezes, são sonegadas parcelas devidas pelos empregados já deduzidas da fonte, porém não repassadas aos cofres públicos. É necessária uma fiscalização rigorosa, avalia o senador, com punições severas aos sonegadores, para que seja possível atingir um equilíbrio das contas públicas.

— Os devedores não são passíveis de punição, o que favorece o comportamento leviano com que uma parcela do empresariado brasileiro encara o recolhimento do INSS e do FGTS — afirmou Gilvam, acrescentando que as camadas mais pobres da sociedade são as mais prejudicadas, pois o déficit impossibilita o governo de proporcionar reajustes de benefícios.

Juros mais baixos e renegociação de dívidas trarão alívio ao produtor, prevê Mauro Miranda

A decisão do governo federal de diminuir os juros dos financiamentos concedidos com recursos dos chamados fundos constitucionais e de permitir a renegociação de dívidas para o setor agrícola representa, no entender do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), “um alívio aos produtores rurais”. Para ele, o governo acertou em cheio ao editar a medida provisória que trata do assunto e começou a trilhar um caminho que, segundo prevê, poderá trazer ao campo esperança, racionalidade e o reconhecimento da importância do setor para o país. A medida abrange também as atividades industriais, de infra-estrutura e de turismo.

Já publicada no *Diário Oficial* da União, a MP estabelece, conforme informou Mauro Miranda, juros não mais associados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), e que serão distribuídos da seguinte forma: 5% ao ano para os agricultores familiares, 9% para os miniprodutores, 14% para os médios e 16% para os grandes produtores.

Depois de observar que os juros também são aplicados às respectivas cooperativas e associações, o senador apontou outro fator importante na decisão do governo: o bônus de adimplência em torno de 25% para os mutuários que desenvolverem atividades na região do semi-árido nor-



Mauro Miranda elogia medida provisória que beneficia setor agrícola

destino e de 15% para as demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento.

Os mutuários interessados na renegociação das dívidas contraídas junto aos fundos constitucionais deverão se manifestar até o dia 28 de abril, explicou. No dia 31 de julho próximo encerra-se o prazo das renegociações.

Jucá elogia Jungmann pela portaria contra nepotismo

Enquanto a Câmara dos Deputados discute regras contra o nepotismo na administração pública, registrou o senador Romero Jucá (PSDB-RR), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, “deu exemplo de decência, seriedade e modernidade” e baixou portaria cujo parágrafo primeiro veda a contratação, para cargos de confiança e do grupo de direção e assessoramento superior, de parentes até terceiro grau. A decisão também atinge as contratações de serviços de qualquer natureza, in-



Na opinião de Jucá, o ministro “deu exemplo de decência e seriedade”

clusive consultorias.

— Com essa portaria ele determinou o fim do nepotismo no ministério. Que ela sirva de exemplo a todas as administrações que costumam empregar dezenas de parentes, ao arripio da condenação popular — disse o senador.

Em outro registro, Jucá informou que portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e decreto presidencial definiram normas de seleção e avaliação “que redundarão num compromisso operacional da equipe do Incra em cada estado”.

Jonas diz que governo estuda medidas em favor dos produtores

A comissão mista destinada a examinar a medida provisória que altera a legislação sobre os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste está na fase final de negociação com os ministérios da Integração Nacional e da Fazenda e com a Casa Civil, informou o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) aos parlamentares. Eles negociam avanços na legislação para atender reivindicações de produtores rurais. O relatório final da comissão deve ser votado depois da Semana Santa.

De acordo com Jonas Pinheiro, que é o vice-presidente da comissão mista, os dois principais pontos que estão sendo negociados são melhores condições para o pagamento dos financiamentos contratados através dos fundos constitucionais e um melhor tratamento a ser oferecido para os produtores na renegociação de suas dívidas, com o alongamento da data para en-



Jonas: benefícios virão com mudanças nos fundos constitucionais

quadramento dos mutuários que têm direito a rever seus débitos.

Pela medida provisória, só têm direito a renegociar suas dívidas os mutuários que contrataram financiamento até 31 de dezembro de 1997. Os parlamentares estão negociando com o governo para tentar flexibilizar esse período por no mínimo mais um ano. Também está sendo discutido o aumento do limite para renegociação da dívida. Pela MP, só podem ser rediscutidos contratos iniciados há 15 anos. Os produtores querem ampliar para 20 anos.

— A medida provisória já traz aquilo que sempre desejamos, que são juros fixos para a aplicação dos créditos financiados pelos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Mas ainda estamos achando altos os juros estabelecidos pela MP, de 5% a 16% ao ano. Por isso, estamos propondo uma variação de 4% a 12% — disse Jonas Pinheiro.

Alcântara prega reflexão sobre “tragédia indígena”

Senador lembra que, em 500 anos, o número de índios existentes no país caiu de 5 milhões para apenas 200 mil

É necessária uma profunda reflexão sobre a “tragédia indígena” ocorrida ao longo dos 500 anos de história brasileira, afirmou ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Autor de requerimento para que o Plenário realizasse sessão especial em homenagem ao Dia do Índio, ele lamentou que determinação regimental impeça que o Senado realize mais de três sessões comemorativas ao mês, o que inviabilizou a homenagem. “Os índios foram caçados mais uma vez”, disse.

Ao agradecer aos senadores que apoiaram seu requerimento, Alcântara reiterou que é importante aproveitar datas históricas para refletir sobre os temas de que elas tratam. No caso do índio, acres-

centou, trata-se de “refletir sobre como a união da Coroa com a Cruz, que redundou em excessos, fragilizou os indígenas diante de outras culturas”.

De 5 milhões há 500 anos, restam hoje apenas 200 mil índios, observou o senador, comentando que, conforme dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), os indígenas têm taxa de natalidade acima da média nacional, indicando que seu contingente populacional pode vir a crescer nos pró-



Lúcio Alcântara: “União da Coroa com a Cruz fragilizou os indígenas”

ximos anos.

À falta da sessão no Plenário do Senado, Alcântara salientou que há uma série de iniciativas em torno do Dia do Índio à margem das comemorações oficiais. Elas procuram valorizar os excluídos de modo geral, “os excluídos do mercado e do acesso aos serviços educacionais e de saúde”.

— O Senado não pode ficar indiferente às populações autóctones — observou Lúcio Alcântara.

Ney Suassuna faz relato de sua participação em encontro do BID

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fez um balanço de sua participação, representando o Senado, em encontro promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Nova Orleans (Estados Unidos), na semana passada.

Ele antecipou informações sobre acordos firmados entre o governo brasileiro e organismos internacionais, que permitirão liberar recursos para financiar micro e pequenas empresas brasileiras. Suassuna acrescentou que convidará o ministro do Planejamento, Martus Tavares, para detalhar essas negociações na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da qual ele é presidente.



Segundo Suassuna, o BID pode levar o Favela-Bairro a outras cidades além do Rio

Um dos convênios assinados, segundo Suassuna, foi com o próprio BID, que repassará US\$ 50 milhões para que o Banco do Nordeste possa financiar microempresas. Com o Banco de Investimentos do Japão, foi fechado um acordo para a liberação de US\$ 300 milhões para o BNDES. Os recursos financia-

rão pequenas e médias empresas.

O governo brasileiro e o BID assinaram ainda a segunda etapa do convênio Favela-Bairro, por meio do qual a Prefeitura do Rio de Janeiro implantará infra-estrutura e fará melhoramentos em favelas. Suassuna revelou que o presidente do BID, Enrique Igle-

sias, tem interesse em financiar ações semelhantes em outros municípios brasileiros.

Ney Suassuna também registrou a decisão do Brasil, da Argentina e do México de se unirem para enfrentar a proposta, que está sendo estudada pelo Congresso e pelo governo norte-americanos, para que sejam impostas restrições aos três países na contratação de financiamento não só junto ao BID, mas também ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional. O senador também testemunhou o interesse demonstrado por várias instituições financeiras internacionais em investir no Brasil.

Em aparte, o senador José Alencar (PMDB-MG) disse que o interesse de investidores estrangeiros provam que o Brasil desfruta atualmente das condições e do clima favoráveis à retomada do seu desenvolvimento.

Pontes quer aperfeiçoar a fiscalização do Fundef

Diante das evidências de desvio de R\$ 3 bilhões do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), de acordo com auditoria do Tribunal de Contas da União, o senador Luís Pontes (PSDB-CE) apresentou proposta para aperfeiçoar a fiscalização desses recursos. Na sua avaliação, uma medida indispensável para maior transparência na aplicação das verbas é a proibição da escolha do prefeito para presidente do Conselho Municipal de Acompanhamento e Fiscalização, bem como da indicação de parentes seus para integrá-lo.

Pontes propôs, ainda, a criação de contas bancárias específicas para a movimentação dos 60% do fundo destinados ao pagamento de salários dos professores. Hoje, o Ministério da Educação repassa os recursos integrais do Fundef para uma conta única do município. A auditoria do TCU mostrou, segundo o senador, que a irregularidade mais comum foi o desvio desse percentual obrigatório para outros fins, como a contratação de bandas de música e bufês, resultando em atraso no pagamento dos professores.

Luís Pontes também protestou con-

tra a decisão do Ministério da Educação de suspender convênios com estados e municípios enquanto não forem concluídos inquéritos ou ações públicas relacionados com irregularidades na utilização dos recursos do Fundef.

— É injusta e infeliz essa punição porque a ameaça de ver a comunidade punida com o corte de verbas e convênios federais inibirá as denúncias e a instauração de inquéritos — afirmou.

Pontes conclamou o ministério a não se deixar levar “pela decepção diante da ação de poucos homens de má fé” e convidou os senadores para

formar um mutirão em prol da moralidade da fiscalização dos recursos públicos e da garantia de acesso à educação de qualidade a todos os brasileiros.

Em aparte, Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que somente o fortalecimento das comunidades tornará possível a melhor fiscalização das verbas do Fundef. Romero Jucá (PSDB-RR) anunciou a audiência pública da Comissão de Fiscalização e Controle, a ser marcada para breve, com o responsável pela fiscalização do Fundef, no Ministério da Educação.



Conforme dados do TCU, citados por Pontes, o desvio de verbas no Fundef chega a R\$ 3 bilhões

Luiz Otávio cobra promessa de FHC sobre a Transamazônica

O compromisso de recuperar a rodovia Transamazônica, assumido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em suas duas campanhas eleitorais, foi cobrado ontem pelo senador Luiz Otávio (sem partido-PA). O senador informou que a região servida pela rodovia Transamazônica, especialmente os municípios paraenses de Altamira e Marabá, está enfrentando enchentes



Luiz Otávio: recuperação da rodovia foi um compromisso eleitoral

para tirar os caminhões atolados – disse Ademir Andrade.

Luiz Otávio disse que tem esperança no cumprimento das promessas como forma de viabilizar a produção agrícola da Amazônia.

Luiz Otávio também elogiou o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e registrou a autorização dada pelo ministério para o funcionamento, em caráter excepcional, dos cursos de Letras, Matemática e Pedagogia da Universidade da Amazônia nas cidades de São Geraldo do Araguaia, Brejo Branco, Paragominas, Tucumã, Brejo Grande do Araguaia, Novo Repartimento, Rondon do Pará, Itupiranga, Goianésia do Pará, Abel Figueiredo, Eldorado dos Carajás, Bom Jesus do Tocantins, Dom Eliseu e Água Azul do Norte.

O senador também registrou a assinatura, no Ministério da Educação, de convênios de investimento do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) para a construção de três centros de Educação Profissional nos municípios de Redenção, Paragominas e Itaituba.

– O Ministério dos Transportes está em dívida com o Pará. A Transamazônica está com seis trechos interditados, cortando o abastecimento de alimentos, combustíveis e remédios – revelou o senador.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA), em aparte, lamentou que as promessas do presidente da República não estejam sendo cumpridas, embora os recursos para a recuperação da Transamazônica constem no Orçamento:

– As críticas cabem a Fernando Henrique e ao Ministério dos Transportes. O ministério e o DNER do Pará não têm cumprido sua obrigação mínima. Não colocam sequer tratores nos pontos crí-

Amorim reclama de descaso em relação à borracha

A ausência de política eficaz de apoio ao plantio, produção e comercialização da borracha da Amazônia está levando a uma situação desesperadora os empresários e trabalhadores do setor, conforme o senador Ernandes Amorim (PPB-RO). Na opinião do parlamentar, é evidente o fracasso do Programa de Subvenção Econômica à Borracha, uma vez que o ressarcimento pelos seringais perdidos leva cerca de seis meses. Quando o dinheiro finalmente chega às mãos dos produtores, estes já faliram:

– Quais os interesses que levam o governo a permitir sucessivas crises no setor? Insensibilidade? Falta de vontade política? Incompetência dos burocratas da área econômica? – questionou o senador, que invocou a necessidade de criação de uma frente parlamentar do Norte e Nordeste com o objetivo de defender os estados economicamente mais frágeis.



Amorim: empresários e trabalhadores estão em situação desesperadora

Amorim fez breve relato da decadência da borracha, que começou com a “clonagem” das espécies de seringais brasileiros pelos produtores da Malásia depois da Segunda Guerra Mundial. De posse do tesouro genético, aquele país (e outros, vizinhos) superou em muito a produção brasileira. Atualmente, a Malásia realiza novas clonagens de espécies para renovar suas plantações, disse Amorim, enquanto o governo brasileiro libera áreas de seringais para o corte de madeira.

O senador explicou que entre as causas do sucesso de países como a Malásia e a Tailândia estão o “custo Brasil” – altos impostos, estradas ruins e custos portuários muito caros –, os subsídios asiáticos a seus produtores e o *dumping* social representado pelo trabalho familiar. O Brasil, além de não adotar política semelhante, ainda autoriza a entrada de pneus usados importados dos Estados Unidos.

Jefferson aplaude suspensão de leilão de estatal amazonense

Senador argumenta que adiamento da privatização da companhia de saneamento permitirá aprofundar as discussões sobre o assunto

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse ontem que veio “em boa hora” o adiamento do leilão de privatização da Companhia de Saneamento do Amazonas, através de liminares concedidas por juízes do estado. Jefferson, que discorda da venda da empresa, avalia que a decisão contribuirá para o aprofundamento das discussões sobre o assunto.

Em pronunciamento feito no Plenário na segunda-feira, o senador manifestou-se contrário à privatização das empresas estaduais de saneamento básico. Ele disse que o preocupava especialmente a forma como a Companhia de Saneamento do Amazonas estava sendo privatizada, ressaltando que faltava transparência ao processo. “Nem sequer sabemos se o preço é correto. O futuro é preocupante para os moradores de Manaus”, alertou.

Jefferson disse que sempre defendeu a privatização como forma de tornar menos inchado o Estado e abater a dívida pública, mas, acrescentou, se alia

àqueles que “não concordam com desestatização generalizada e a qualquer preço, principalmente quando se trata de água e esgoto, por ser um serviço essencial”:

– Serviço de água não é como o de telefone. Não há possibilidade de existirem duas tubulações de água na mesma rua. É um monopólio natural – observou, citando o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), em discurso contrário à privatização da empresa de água do seu estado.

Em aparte, Geraldo Melo reafirmou ser contrário à privatização desse tipo de serviço, apesar de ter sido favorável à privatização de outras empresas, alegando que a competição resultante levou benefícios ao consumidor final.



“Nem sequer sabemos se o preço é correto”, destacou o senador Jefferson Péres

Jefferson Péres informou que a empresa amazonense é deficitária porque 50% dos consumidores não possuem hidrômetros e 30% da água é desperdiçada. Ele lembrou também que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não financia esse tipo de empresa. Em outro aparte, Geraldo Melo perguntou: “Por que alguém se interessaria em aplicar dinheiro do pró-

prio bolso numa empresa deficitária?”.

Jefferson citou ainda outras questões que o preocupam: “Não há um quadro institucional estabelecido. Não existe uma agência reguladora, não existe uma política de recursos hídricos. Que órgão burocrático do estado vai controlar e fiscalizar essa empresa?”.

Para senador, financiamento público moraliza eleição

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) defendeu em Plenário a necessidade urgente da aprovação da reforma política e eleitoral, sobretudo da proposta de financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. “O projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) destinando recursos orçamentários para as campanhas, da ordem de R\$ 7 por eleitor, resultará num processo eleitoral fidedigno, límpido e veraz”, opinou.

Na opinião de Jefferson, esse projeto, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, complementará a proposta de ampliação do Fundo Partidário, permitindo que o poder público participe, de maneira decisiva e exclusiva,

do financiamento das campanhas eleitorais. “Os parlamentares precisam aprovar esses projetos antes do mês de junho, que, em anos eleitorais, representa o término das atividades legislativas”, admitiu.

O senador fez um longo relato sobre o financiamento eleitoral público exclusivo, ou parcial, nas campanhas em países como Estados Unidos, Bélgica, Grã-Bretanha, Alemanha e Espanha. Ele argumentou que apenas o custeio público exclusivo é capaz de oferecer uma alternativa concreta às distorções “endêmicas” das campanhas com sistemas privados ou mistos.

Para Jefferson Péres, o financiamen-

to público não pode ser ingenuamente encarado como panacéia automática para o problema “quase universal da corrupção e do abuso do poder econômico nas eleições”, mas, sim, como um recurso que procura nivelar minimamente as condições de disputa entre os vários candidatos.

Hoje no Brasil, advertiu o senador, o desequilíbrio é brutal e desvirtua o jogo democrático. “Os custos tecnológicos das campanhas ficam cada vez mais altos. Enorme vantagem levam aqueles que têm a máquina governamental a seu serviço, contam com acesso fácil ao financiamento empresarial ou possuem vastos recursos próprios”, afirmou.

Plantador de feijão precisa de melhor preço, diz Maldaner

Os plantadores de feijão de Santa Catarina estão passando dificuldades por causa da queda no preço do produto, que está entre R\$ 15 e R\$ 16 pela saca de 60 quilos, quando o preço mínimo fixado pelo governo é de R\$ 28, segundo alertou ontem o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Na opinião do parlamentar, a solução para o problema seria a liberação de recursos pelo governo federal para que a safra fosse adquirida e transformada em estoques reguladores.

Números entregues a Maldaner no último fim de semana por representantes de cooperativas de agricultores e entidades de classe rurais indicam que há 675 mil sacas de feijão

esperando melhores preços para a comercialização – 460 mil sacas em mãos dos plantadores e 215 mil nos armazéns das cooperativas.

Sem condições de vender sua produção a uma remuneração satisfatória, os produtores pediram a ajuda do senador. Eles argumentam que o governo federal liberou até o momento apenas R\$ 5,4 milhões em Aquisições do Governo Federal (AGF), instrumento utilizado na compra de grãos para estocagem. No entanto, calcula-se que sejam necessários mais R\$ 20 milhões para adquirir o restante da safra:

– Apelo aos ministros da Agricultura e da Fazenda no sentido de que esse dinheiro seja liberado de forma



Maldaner: próximo desafio é pagar o financiamento do plantio

urgente – disse o senador.

Maldaner acrescentou que os plantadores têm outro desafio pela frente: o vencimento este mês do financiamento do plantio, deixando em situação complicada os que não dispõem dos benefícios do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Este programa (restrito a pequenos proprietários) permite ao agricultor contrair a dívida usando como moeda de pagamento a safra colhida.

Candidatos a prefeito de SP debatem rolagem da dívida

Quatro pré-candidatos à prefeitura de São Paulo reúnem-se hoje, às 12h, com o senador Romero Jucá (PSDB-RR) para oferecer sugestões sobre a rolagem da dívida do município. Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador receberá a representante do PT, Marta Suplicy, a do PSB, deputada Luíza Erundina, o representante do PFL, senador Romeu Tuma, e o do PL, deputado Marcos Cintra. O vice-governador, Geraldo Alckmin, do PSDB, enviará sugestões por escrito.

A prefeitura de São Paulo tenta renegociar dívidas que mantém jun-



Jucá fará auditoria em todos os itens dos precatórios

to à União, no valor aproximado de R\$ 10,5 bilhões. O atual prefeito de São Paulo, Celso Pitta, que já esteve na CAE discutindo a matéria, disse que o município gasta mensalmente R\$ 55 milhões com o pagamento da dívida.

A emissão de títulos para o pagamento de precatórios foi o principal assunto discutido com o prefeito durante a audiência. Como a legalidade de tais papéis vem sendo questionada desde a CPI dos Precatórios, o senador Romero Jucá afirmou que pretende fazer uma auditoria em cada item relacionado com esses títulos.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

0h55 – Senado em Pauta
1h – Debate: Senadores Amir Lando e Lauro Campos falam sobre as privatizações e a globalização da economia
1h55 – Senado em Pauta
2h – Unip: Pediatria
2h25 – Senado em Pauta
2h30 – Jornal do Senado
2h55 – Senado em Pauta
3h – Cores do Brasil: Turismo em Itaipu
3h30 – Entrevista: Senadora Marina Silva fala sobre a Agência Nacional de Águas
3h55 – Senado em Pauta
4h – Jornal do Senado
4h25 – Senado em Pauta
4h30 – Unip: Pediatria
4h55 – Senado em Pauta
5h – TV Escola – Deficiência mental 2: 0 aos 3 anos – Estimulação intensiva
5h30 – Debate: Senadores Amir Lando e Lauro Campos
6h25 – Senado em Pauta
6h30 – Seminário “Águas 2000”
8h30 – TV Escola – Deficiência mental 2: 0 aos 3 anos – Estimulação intensiva
8h55 – Senado em Pauta

9h – Comissão de Assuntos Sociais (vivo)
Logo após – Comissão Mista do Salário Mínimo
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
Logo após – Comissão Mista do Salário Mínimo
19h – Sessão Conjunta do Congresso Nacional (vivo)
21h – Jornal do Senado
21h30 – Comissão de Assuntos Econômicos
Logo após – Comissão de Constituição e Justiça (gravado)
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado. Em seguida – Música e informação
9h – Comissão de Assuntos Sociais. Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo). Em seguida – Música e informação
19h – A Voz do Brasil. Em seguida – Música e informação
20h30 – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste. Em seguida – Música e informação
21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida – Música e informação
21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste. Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise). Em seguida – Música e informação

PROGRAMAÇÃO SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Julgamento de José Rainha é político, afirma Heloísa Helena

Senadora observa que o crime ocorreu no Espírito Santo e testemunhas atestam a presença do líder do MST, na mesma data, no Ceará

O julgamento de José Rainha, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), tem caráter político, afirmou ontem a senadora Heloísa Helena (PT-AL). Acusado de homicídio, Rainha está sendo julgado em Vitória (ES), desde segunda-feira.

– É contra qualquer lógica julgar José Rainha por um crime ocorrido no dia 5 de junho, no Espírito Santo, quando há várias testemunhas atestando que, nessa data, ele estava no Ceará, onde até compareceu a uma audiência com o governador Tasso Jereissati – dis-



Heloísa Helena aponta “julgamento político dos que lutam pela reforma agrária”

se a senadora.

Segundo Heloísa Helena, está sendo considerada a declaração de uma única testemunha que disse ter visto um homem baixo, gordo e sem barba, de nome José Rainha, cometer o duplo assassinato. “É inaceitável tal testemunho quando todos sabemos que Rainha é magricela, alto e usa barba. Esse é um julgamento político dos que lutam pela reforma agrária”, argumentou.

Em apertes, os senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Amir Lando (PMDB-RO), Ademir Andrade (PSB-PA)

e José Eduardo Dutra (PT-SE) apontaram irregularidades no julgamento, em especial a decisão do juiz Ronaldo Gonçalves de Souza de liberar os jurados para pernoitar em hotel, quando a lei exige que permaneçam incomunicáveis durante todo o julgamento. “Essa liberação já é motivo suficiente para anular o julgamento”, argumentou Requião.

Também em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou que as duas testemunhas de acusação entraram em contradição durante sua arguição ontem. “Tenho certeza de que José Rainha será absolvido dessa acusação injusta. É bom que isso aconteça, porque ele é inocente e a opinião pública mundial está com os olhos voltados para o Brasil, em função desse julgamento”, frisou.

Ademir critica posição de ONGs e defende obras na região amazônica

A hidrovía Araguaia-Tocantins e o asfaltamento das rodovias Santarém-Cuiabá, Transamazônica e Manaus-Boa Vista são obras absolutamente fundamentais para a região amazônica, afirmou ontem o senador Ademir Andrade (PSB-PA). A observação foi feita a propósito de denúncias divulgadas pela Fundação Centro de Apoio e Referência Cultural (Cebrac) e outras seis organizações não-governamentais (ONGs).

As instituições foram criticadas pelo senador por terem impedido judicialmente a realização de debate público com as populações interessadas, conforme proposta do Ministério dos Transportes. Foram também condenadas pelo parlamentar por não pressionarem o governo federal a cumprir a legislação referente às populações indígenas e à exploração de madeira.

Segundo Ademir Andrade, as ONGs contestam a hidrovía baseando-se em números diametralmente opostos aos calculados pelo governo. Para este, explicou, a hidrovía permitirá o escoamento de produção agrícola da ordem

de 25 milhões de toneladas de grãos, “dez vezes mais do que prevêem as ONGs”. Quanto aos custos, acrescentou o senador, o governo estima despesas em torno de R\$ 300 milhões, enquanto as ONGs afirmam que atingirão R\$ 1 bilhão.

Ademir disse que, por ocasião da construção da hidrelétrica de Tucuruí, chegou a participar de atos públicos ambientalistas contra a usina, acreditando, como as ONGs, que o lago criado pela hidrelétrica apodreceria e mataria os peixes. “As previsões não se confirmaram e o lago de Tucuruí, um dos mais piscoscos do país, é grande produtor de tucunaré”, disse. Como a hidrovía e o asfaltamento das três rodovias integram o programa Brasil em Ação, o senador acredita que, nesse aspecto, “o governo federal está sendo mais inteligente que as ONGs”. Técnicos da Universidade de São Paulo que



Ademir considera as obras “fundamentais para a região”

também estão tratando da questão são favoráveis às obras, o que pelo menos estabelece o contraditório, opinou.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PFL-RO) observou que a grande imprensa “só dá espaço para as ONGs, o que dá até para desconfiar”. Para ele, as ONGs têm se colocado “acima da lei e da verdade”, querendo

impor seus pontos de vista a todo custo. Antero de Barros (PSDB-MT) considerou lamentável a posição da Justiça Federal, que suspendeu duas vezes as audiências públicas para tratar da construção da hidrovía. “Para que se escudar em uma decisão judicial e impedir um debate público?”, questionou. Como a hidrovía e o asfaltamento das três rodovias integram o programa Brasil em Ação, o senador acredita que, nesse aspecto, “o governo federal está sendo mais inteligente que as ONGs”. Técnicos da Universidade de São Paulo que

Senador saúda 124º aniversário de jornal

O 124º aniversário do jornal *A Província do Pará*, transcorrido no dia 25, foi registrado pelo senador Ademir Andrade. Ele lembrou que o jornal, que circulou pela primeira vez quando o Império celebrava o juramento da Constituição Política Imperial, é o mais antigo do país e o quarto da América Latina. Fundado por Joaquim de Assis, Antônio José de Lemos e Francisco Cerqueira, o jornal é parte significativa da história

do Pará, afirmou Ademir.

– Sua postura firme e fiel aos princípios da democracia e do pluralismo ideológico, à ética e à liberdade teve um custo, ao longo de sua história. A exemplo do incêndio criminoso sofrido em 1912, foi prejudicado por atentados, perseguições, complôs e sabotagens. Isto, porém, não foi suficiente para impedir sua trajetória coerente – assinalou.

Ademir disse ainda que, durante todo

o período imperial, o jornal abrigou campanhas não muito bem recebidas pelo poder vigente na época, como artigos assinados por abolicionistas e poesias antiescravagistas de Castro Alves. Os republicanos Lauro Sodré, Justo Chermont, Paes de Carvalho e outros antimonarquistas tiveram espaço nas páginas do jornal. Em 1947, o jornal *A Província do Pará* foi adquirido pelo grupo Diários Associados, que o vendeu em 1996.

Projeto facilita compra da casa própria pela classe média

Antonio Carlos Valadares, autor da proposta, quer criar o Programa de Construção Associativa para quem ganha até 20 salários mínimos

Por entender que os atuais programas habitacionais só beneficiam quem ganha até dois salários mínimos ou a classe média alta, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou ontem projeto que cria o Programa de Construção Associativa da Casa Própria. Ele se destina a famílias que ganham até 20 salários mínimos (R\$ 3.020) e se associam para construção de suas casas ou apartamentos.

O programa, que integrará o Sistema Financeiro da Habitação



Valadares: faixa da população esquecida no atual sistema financeiro

(SFH), exigirá um mínimo de quatro e um máximo de 80 famílias e elas devem, antes de pleitear o financiamento, comprar o terreno. Pelo projeto, o financiamento só bancará 60% do valor da obra, sendo os outros 40% participação do associado:

– Com este projeto, o PSB espera contribuir com o governo para resolver o déficit habitacional do país, que vai de 5 a 7 milhões de moradias – afirmou.

Ao detalhar em discurso seu projeto, Valadares criticou o siste-

ma bancário, “exceto a Caixa Econômica Federal”, por desviar recursos captados de poupança, que obrigatoriamente teriam de se direcionar ao financiamento habitacional. Ele lamentou que este desvio de dinheiro se baseie “em penúrias jurídicas da atual legislação”.

Conforme Valadares, as famílias com renda até 20 salários mínimos ou acabam comprando imóveis destinados à classe baixa ou se endividam fora de sua capacidade para adquirir um apartamento ou casa em áreas destinadas à classe média alta. Esta classe intermediária contará com o novo financiamento, se aprovado o projeto.

Luzia: queda da fecundidade mudará perfil da população

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) disse que estão ocorrendo mudanças no comportamento reprodutivo da família brasileira, com registros de queda brutal das taxas de fecundidade e alterações do padrão demográfico do país. Nos anos 40, segundo a senadora, a taxa de fe-



Luzia: novas políticas públicas vão se tornar necessárias

cundidade total das mulheres brasileiras era de 6,3 filhos por mulher, mas caiu drasticamente para 2,4 filhos em 1997. Por esse motivo, ela conclui que o governo precisa implementar políticas públicas para atender às novas necessidades que surgirão a partir dessas mudanças.

A senadora citou publicação do Unicef sobre o processo demográfico brasileiro e destacou as possíveis implicações futuras das transformações que caracterizam esse novo padrão demográfico:

– A crescente urbanização do país, o aumento do contingente de assalariados na economia brasileira, o engajamento crescente da mulher no mercado de trabalho, o

aperfeiçoamento dos métodos contraceptivos e a intensificação da prática das cirurgias voltadas para a esterilização tiveram reflexo imediato sobre a redução dos níveis de fecundidade em nosso país – disse, citando também pesquisa da Sociedade Civil de Bem-estar Familiar, indicando que 76% das mulheres fazem uso de algum método contraceptivo.

“Com a diminuição sucessiva de contingentes da base da pirâmide e aumentos sucessivos nas idades superiores, novas questões e demandas vão aparecer, sobretudo em relação aos serviços que deverão ser prestados pelo Estado e pela sociedade. Problemas já evidenciados na prolongada crise da Previdência Social, provocados em grande parte pelo crescimento da população inativa, sinalizam a necessidade urgente de o governo realizar estudos e implementar políticas públicas que possam atender às novas demandas sociais”, concluiu a senadora.

Exclusão social é o maior desafio, diz Maria do Carmo

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) disse que a exclusão social e econômica no Brasil nasce das desigualdades regionais e é o maior desafio para a construção de uma sociedade igualitária neste início de século. As declarações foram feitas em discurso por ocasião da comemoração do Dia da Integração Nacional, ocorrido na sexta-feira passada.

Segundo a senadora, assim como outros países em desenvolvimento, o Brasil é apenas consumidor das novas tecnologias, por isso desenvolve um modelo que faz a sociedade operar em várias velocidades. “Temos uma elite, uma classe média relativamente estável e um enorme contingente de homens, mulheres, crianças, jovens e velhos que não conseguem ter acesso sequer aos recursos mínimos de subsistência digna”, constatou.

Como exemplo de desafio a ser superado no processo de integração, Maria do Carmo destacou a região Nordeste, “que detém índices alarmantes” nas áreas de educação, habitação, saneamento e distribuição de renda. Destacou que o rio São Francisco, responsável por 70% dos

recursos hídricos da região, está sofrendo com o assoreamento, prejudicando, dessa forma, as populações ribeirinhas, que dependem economicamente da pesca:

– Hoje somos quase 165 milhões e quase um quarto de nossa população vive abaixo da linha da pobreza. É um recorde vergonhoso, que devemos reverter de qualquer forma. Gostaria de imaginar, já a partir de 2001, brasileiros de todos os quadrantes podendo refletir sobre as melhores formas de viabilizarmos a verdadeira integração do Brasil – concluiu.

Emilia quer explicações sobre acordo Petrobras-Repsol

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) solicitou as presenças, na Comissão de Infra-Estrutura, da qual ela é presidente, do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, e do presidente da Petrobras, Henry Reichstul, para que eles prestem esclarecimento sobre uma negociação que teria sido feita em Madri (Espanha), envolvendo a Refinaria Alberto Pasqualini, na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Segundo informação da Associação dos Engenheiros da Petrobras, citada pela senadora, a empresa brasileira firmou com a estatal espanhola de petróleo Repsol acordos de troca da refinaria localizada no Rio Grande do Sul por postos de venda na Argenti-

na. Emilia Fernandes lamentou que a negociação tenha sido feita após o presidente Fernando Henrique ter se comprometido em não privatizar a Petrobras:

– Tal compromisso, embora não explícito, também inclui não retalhar, esquartejar, destruir a empresa, fundamental e estratégica para o desenvolvimento nacional – disse.

Para a senadora, a negociação deveria no mínimo ter sido informada ao Congresso Nacional e aos demais setores da socie-

dade interessados no assunto:

– É preciso transparência, em se tratando de questão estratégica para o país – comentou.

Em seu pronunciamento, Emilia Fernandes também comunicou que à meia-noite de segunda-feira

teve início uma vigília em frente à refinaria, que prolongou-se durante o dia seguinte com um ato público que contou com a presença do governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra:

– Não aceitamos que a Refinaria Alberto Pasqualini, que tanto nos orgulha, seja transformada em “moeda de troca” da desnacionalização do setor petrolífero – frisou Emilia Fernandes.



Emilia: “É preciso transparência em questões estratégicas”

Mozarildo pede apoio para luta dos índios

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu ontem ajuda do Senado para sensibilizar o governo federal em relação às reivindicações da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (Sodipur) e outras lideranças indígenas sobre a definição da demar-



Mozarildo: índios esperam há mais de 20 dias por audiência com ministro

cação da área Raposa Serra do Sol e a prisão de seis índios.

Segundo o senador, lideranças indígenas estão em Brasília há mais de 20 dias esperando por uma audiência com o ministro da Justiça José Carlos Dias, solicitada por um senador e sete deputados federais.

Mozarildo disse, ainda, que a Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão criado para defender os interesses dos índios, tem agido apenas em favor das organizações não-governamentais (ONGs), que se apresentam como defensoras das populações indígenas. Mozarildo pediu também que os documentos com as reivindicações e a denúncia da prisão dos seis índios fossem registrados no Anais do Senado.